



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SERGIPE**

Página:1 de 11

# **NOTA TÉCNICA AGRESE/CAMGAS**

## **Nº 01/2022**

**Assunto: PROPOSTA DE METODOLOGIA DE CÁLCULO DO PREÇO MÉDIO PONDERADO DE VENDA DE GÁS NATURAL QUE INTEGRARÁ AS TARIFAS DA CONCESSIONÁRIA E DE MECANISMO DE CONTA GRÁFICA.**

Aracaju SE

Janeiro/2022



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SERGIPE**

Página:2 de 11

**Sumário**

1- OBJETIVO.....	3
2- COMPETÊNCIA LEGAL.....	3
3- PLEITO DA SERGAS.....	6
4- ANÁLISE DO PLEITO.....	9
5- CONCLUSÃO.....	11

**Referências:** Processo nº 1/2022 – ANA/TARIFA-AGRESE

**Assunto:** Proposta de metodologia de cálculo do Preço Médio Ponderado de Venda de gás natural que integrará as tarifas da Concessionária e de mecanismo de Conta Gráfica.

## **NOTA TÉCNICA AGRESE/CAMGAS Nº 001/2022**

### **1- OBJETIVO**

A presente Nota Técnica objetiva avaliar o pleito emanado pela Concessionária SERGAS a respeito da aplicação de uma metodologia de cálculo de preço, bem como, conta gráfica para utilização no sistema de distribuição de gás canalizado a partir de 01/02/2022.

### **2- COMPETÊNCIA LEGAL**

#### **a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**

*“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

*§2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.*

*§3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.*

#### **b) Constituição do Estado de Sergipe de 1989**

*“Art. 10. Ao Estado cabe, além dos poderes explicitados na Constituição Federal, o exercício dos remanescentes.*

*Parágrafo único. Cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.*

*[...]*

*Art. 161. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos estaduais, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão e permissão, bem como sobre o direito dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados e eficientes.”*

- c) Lei Estadual n.º 3.305, de 28 de janeiro de 1993**, que autoriza a criação da Empresa Sergipana de Gás S.A. - Emsergás, e dá outras providências.
- d) Contrato de Concessão de Serviços Públicos, de 11 de março de 1994**, que entre si celebram como Concedente o Estado de Sergipe e, como Concessionária, a Empresa Sergipana de Gás S.A – EMSERGAS, com a interveniência da Secretaria de Estado de Obras Públicas.
- e) Lei federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- f) Lei Estadual n.º 5.578, de 25 de fevereiro de 2005**, que altera a denominação da Empresa Sergipana de Gás S/A - EMSERGÁS, para Sergipe Energias Renováveis e Gás S/A - SERGÁS, bem como altera o objeto social da mesma Empresa, e dá providências correlatas.

- g) **Lei Estadual n.º 5.707, de 31 de agosto de 2005**, que altera a Lei nº 5.407, de 02 de agosto de 2004, que trata de regulamentação, quanto a regulação, controle, supervisão e fiscalização dos serviços locais de gás canalizado; dispõe sobre a participação da Administração Direta na análise de legalidade do processo de licenciamento ambiental de gasodutos no território do Estado de Sergipe; estabelece a exigência de autorização prévia para o exercício das atividades de construção, instalação, ampliação e operação de dutos de gás canalizado; e dá providências correlatas;
- h) **Lei Estadual n.º 6.661, de 28 de agosto de 2009**, que dispõe sobre a criação e organização da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE, Autarquia em Regime Especial, com, dentre outras, atribuições de regulação das atividades de distribuição local de gás canalizado, concedidas por contrato específico à Sergipe Gás S/A - SERGAS.
- i) **Lei Estadual n.º 7.116, de 25 de março de 2011**, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica, da Administração Pública Estadual, e dá demais providências correlatas.
- j) **Decreto nº 30.352, de 14 de setembro de 2016**, que aprova o Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado, no Estado de Sergipe, estabelecendo em seu Art. 2º o seguinte:

*“Art. 2º. O Governo do Estado de Sergipe deverá regular, fiscalizar e supervisionar os SERVIÇOS LOCAIS DE GÁS CANALIZADO no Estado de Sergipe por meio da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE.”*

- k) **Decreto nº 40.450, de 26 de setembro de 2019**, que altera o Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado, no Estado de Sergipe, instituindo o mercado livre de gás natural.

### 3- PLEITO DA SERGAS

A Diretoria Presidencial da AGRESE recebeu a Ofício nº 1/2022-SERGAS em 04/01/2022 com proposta de metodologia de cálculo do preço médio ponderado de venda de gás natural que integrará as tarifas da Concessionária e de mecanismo de conta gráfica.

No citado ofício, a SERGAS informa sobre a liminar concedida em 25/12/2021 referente a tutela provisória em ação movida pelo Estado de Sergipe em face da Petrobras, com intuito de manter por 6 (seis) meses, contados a partir de 01/01/2022, as mesmas condições do contrato assinado em 2020 referente ao fornecimento de gás natural para a Distribuidora.

Informa ainda que a liminar concedida, apresenta um panorama diferente do que vinha sendo negociado com a PETROBRAS, pois, a proposta comercial acarretaria um reajuste abusivo para os usuários, bem como em dificuldade na manutenção da competitividade das tarifas em relação aos seus concorrentes.

Salienta, no entanto, que a liminar se refere a um volume de 250.000 metros cúbicos por dia, razão do contrato celebrado em 2020, e que tal quantidade já não é condizente com a real necessidade da distribuição em Sergipe. Tal situação, resultará em pagamento à PETROBRAS, no caso, de Preço de Gás de Ultrapassagem 2 (PGU2), além de custos fixos de transporte do gás natural (Encargo de Capacidade).

De mais a mais, relata a possibilidade de assinatura de contrato de suprimento com outros agentes de mercado, e para tanto, haveria a necessidade de instituir uma metodologia de cálculo para o preço médio ponderado assim como conta gráfica, por se tratar de condições diferentes, a exemplo dos preços praticados, periodicidade de reajuste e PGU, em vários contratos.

Em anexo ao citado ofício, é apresentada a Nota Técnica nº 08/2021- SERGAS com descrição da metodologia proposta para cálculo do preço de venda de gás natural. Na nota, a SERGAS explica que o

preço médio ponderado de venda de gás natural ( $PV_w$ ) deverá ser definido, trimestralmente, por meio de envio à AGRESE de relatório de projeção da composição do custo de aquisição do gás natural, com base no volume a ser adquirido, de um ou mais fornecedores, quando aplicável, nos respectivos PG, PGU e juntamente ao saldo da conta gráfica apurado para o trimestre.

Com base nisso, apresenta tabela com projeção mensal da aplicação do  $PV_w$ , conforme disposto abaixo:

<b>Mês da Previsão</b>	<b>Trimestre de aplicação do <math>PV_w</math></b>
Janeiro	Fevereiro, março e abril
Abril	Maior, junho e julho
Julho	Agosto, setembro e outubro
Outubro	Novembro, dezembro e janeiro

Salienta, no entanto, que em razão excepcional, o preço médio ponderado para o primeiro trimestre de 2022, deverá incluir ainda o mês de janeiro, em virtude de cláusulas contratuais de suprimimento.

Em relação a conta gráfica, a Distribuidora explica que ela será descrita com base nos custos efetivos de aquisição de gás (ex-tributos) para os usuários do mercado cativo com apuração mensal conforme modelo abaixo:

**Conta gráfica = (Custos de aquisição de gás, incluindo Encargo de Capacidade e Preço de Gás de Ultrapassagem) – (Volume Efetivo x  $PV_w$  contido nas tarifas)**

A proposta cita que para o cálculo mensal da conta gráfica deverão ser registradas, a apuração mensal das faturas de gás efetivamente pagas pela Concessionária, referentes ao volume contratado de gás natural; os volumes retirados além da quantidade diária contratada (QDC) com preços de PGU2, que se

refere a 2,08 vezes acima do preço aplicado ao volume contratado; e ainda eventuais valores pagos de encargo de capacidade.

A SERGAS informa ainda sobre a inserção da PARCELA DE AJUSTE DO PV ( $P_{AJ}$ ):

*“5.6. Por ocasião do repasse para as tarifas, o saldo apurado na Conta Gráfica (CG) será denominado de PARCELA DE AJUSTE DO PV ( $P_{AJ}$ ), e será dividido pelos volumes de gás projetados para o trimestre subsequente, que deverá ser o mesmo definido para o cálculo do Preço Médio Ponderado de Venda de gás natural ( $PV_w$ ), conforme previsto no item 3, deste documento;*

*5.7. Para todos os efeitos, a PARCELA DE AJUSTE DO PV ( $P_{AJ}$ ) será considerada como componente do Preço Médio Ponderado de Venda de gás natural ( $PV_w$ ) a ser considerado no trimestre subsequente”.*

Em relação a Conta Gráfica (CG) explana que o PAJ ocorrerá sob alguns condicionantes:

*“7.1.no intervalo de -5% a 5% do Preço Médio Ponderado de Venda de gás natural ( $PV_w$ ) vigente: neste caso, será assegurado o repasse automático da PARCELA DE AJUSTE DO PV ( $P_{AJ}$ ) às Tarifas do Mercado Cativo no trimestre subsequente ao mês de apuração da referida parcela, mediante envio das novas tarifas pela SERGAS e aprovação pela AGRESE, nos termos do item 16 da Cláusula Décima Sexta do Contrato de Concessão;*

*7.2.quando superior a 5% ou inferior a -5% do Preço Médio Ponderado de Venda de gás natural ( $PV_w$ ) vigente: neste caso, o repasse da PARCELA DE AJUSTE DO PV ( $P_{AJ}$ ) será automático até os limites definidos no item 7.1, e o repasse do valor que exceder os referidos limites ficará condicionada à deliberação da AGRESE, que poderá estabelecer prazo não superior a dois trimestres para a seu repasse às tarifas da SERGAS, considerando a necessidade de eventual prestação de informações adicionais a serem enviadas pela Concessionária;*

*7.3.que a PARCELA DE AJUSTE DO PV ( $P_{AJ}$ ) será acrescida às tarifas nas ocasiões dos reajustes tarifários trimestrais ou extraordinários ou revisões tarifárias anuais ou extraordinárias.*

*7.4. Os saldos acumulados mensais da Conta Gráfica serão corrigidos com base no IGP-DI”.*



Por fim, salienta que deverá enviar à AGRESE, mensalmente, os documentos de cobrança recebidos de supridoras, bem como as memórias de cálculo dos reajustes dos preços de gás dos diferentes fornecedores, para atualização do PV<sub>w</sub> e da CG. E que, a apuração do PV<sub>w</sub> e da CG deverá ser realizada no primeiro dia do mês seguinte a aprovação da reguladora.

#### 4- ANÁLISE DO PLEITO

Trata-se de comunicação em que a SERGAS solicita autorização para aplicação de metodologia de custo médio ponderado bem como conta gráfica à Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE.

Neste contexto, observa-se no Contrato de Concessão em sua Cláusula Décima item 10.1.

*“10.1 – A CONCESSIONÁRIA fica autorizada a praticar todos os atos necessários à instalação, manutenção e exploração dos serviços concedidos, bem como a sua atualização e adequação às necessidades dos usuários, e ao fiel cumprimento das obrigações assumidas”;*

E ainda no item 10.5;

*“10.5 – A CONCESSIONÁRIA celebrará, diretamente com os fornecedores, contratos de fornecimento de gás incumbindo ao CONCEDENTE auxiliá-la junto às autoridades federais competentes, na solução adequada para a fixação do suprimento do volume de gás necessário à prestação dos serviços de distribuição pela CONCESSIONÁRIA”.*

No entanto, a metodologia proposta perpassa ao nosso entender, a competência desta Agência Reguladora, tendo em vista que o Contrato de Concessão é omissivo com relação a inovações dessa magnitude. Partindo desse pressuposto, estaríamos criando um aditivo ao ato perfeito celebrado entre o Poder Concedente e a Distribuidora em 1993. Ademais, tal alteração prescinde da necessidade de mecanismo de participação social, como por exemplo, consulta e/ou audiência pública.

Neste sentido, alguns estados criaram dispositivos legais com intuito de tratar sobre o assunto. O estado de Pernambuco emitiu em 27 de julho de 2020, o Decreto nº 49.226 sobre a regulação dos sistemas de rede local para os serviços públicos de gás canalizado, onde tratou da interiorização do gás natural bem como de uma metodologia de cálculo tarifário, e informava ainda sobre a autorização para a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Pernambuco – ARPE editar normas complementares para aprovação dos projetos e para sua fiscalização.

Ainda que o citado decreto trate das redes locais, observa-se uma semelhança na metodologia disposta em seu anexo único, por se tratar de preço médio ponderado de venda de gás pelos supridores à Concessionária, que é o caso atual em Sergipe.

Esta Câmara Técnica entende, no entanto, que para um dispositivo dessa magnitude, haveria a necessidade de análise mais detalhada por parte do Poder Concedente, o que nesse momento não é possível dada as condições emergenciais de suprimento em que se encontra o Estado.

Dessa forma, sugere-se que seja acolhido o pleito da SERGAS para o período de 01/02/2022 a 30/04/2022, considerando o reajuste do preço de venda referente ao trimestre fevereiro, março e abril, e neste intervalo, que a AGRESE conjuntamente a SERGAS e o Poder Concedente, possam construir um dispositivo definitivo que deverá auxiliar não somente a questão da multiplicidade de supridores, mas também a interiorização do gás natural para o estado de Sergipe.

## 5- CONCLUSÃO

Portanto esta Câmara Técnica sugere que em razão inicialmente da liminar concedida pelo Poder Judiciário, e na condição silente do Contrato de Concessão sobre criação de metodologias, porém entendendo a necessidade de assegurar o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SERGIPE**

Página:11 de 11

Contrato (Cláusula Sexta item 6.8), o pleito da Concessionária deverá ser acolhido para o período de 01/02/2022 a 30/04/2022, prazo referente ao reajuste do preço de venda dos meses de fevereiro, março e abril, e que durante esse intervalo, a AGRESE, SERGAS e o Poder Concedente, somem esforços na construção de um instrumento jurídico-legal que pacifique uma metodologia de preço médio ponderado quando houver mais de um supridor.

Desta forma, sugere esta Câmara Técnica o encaminhamento deste documento para parecer da Procuradoria e análise da Diretoria Executiva da AGRESE.

Em 02 de Fevereiro de 2022.

**DOUGLAS COSTA SANTOS**  
Diretor(a) de Câmara Técnica de Gás

**REGINA LUANA SANTOS DE FRANÇA DO ROSÁRIO**  
Diretor(a) Técnico